

---

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

VI — A ACTIVIDADE DIPLOMÁTICA  
E AS INFORMAÇÕES

*(Continuação)*

---

---

## VI— A ACTIVIDADE DIPLOMÁTICA E AS INFORMAÇÕES

---

*«Nem convém que disto mais digamos»  
(in «Esmeraldo Situs Orbis» de Duarte Pacheco Pereira)*

Na sequência dos artigos que temos vindo a publicar, chegou agora a vez de examinar a problemática das informações no campo da actividade diplomática.

Quando as informações podem ser obtidas pela *«simples recolha aberta»* ou no decurso do *«trabalho diplomático normal»* os serviços de informações só são chamados a actuar, em permanência ou temporariamente, para verificar ou confirmar as informações obtidas e as análises elaboradas pelos diplomatas.

Quando há dificuldades na recolha ou pesquisa aberta de informações sobre os objectivos de interesse, ou quando essas dificuldades são geradas pelo interesse, revelado ou detectado, na pesquisa dessas informações, então, nesses casos, a actividade diplomática poderá ser apoiada por serviços de informações que devem procurar levar a efeito a pesquisa encoberta que a conduta da política externa impõe, e que não poderá ser levada a efeito pela diplomacia.

Nem todos os países raciocinam assim e, alguns houve e há que, quando a actividade diplomática começa a ter dificuldades em obter informações necessárias, a relegam para segundo plano e a tarefa de pesquisa e até de análise passa a ser da responsabilidade dos serviços de informações, o que se considera altamente perigoso dado que, e em especial no campo externo, esta situação retira aos canais institucionais sob controlo dos órgãos de soberania a capacidade de verificar e corrigir as acções empreendidas, bem como as análises elaboradas pelos serviços de informações.

Os profissionais das informações têm tido a tendência para seguir esta orientação e não atribuir a devida importância às informações obtidas e

às análises elaboradas em resultado da actividade diplomática, o que tem dado origem a graves distorções na definição da política externa e da sua conduta nos países que têm adoptado tal orientação.

Nesta série de artigos tem havido a preocupação de não revelar nada que envolva melindre, tanto no campo interno, como no campo externo, e tal preocupação não tem prejudicado, segundo pensamos, a possibilidade de transmitir conceitos, princípios e ideias que no seu conjunto constituem uma contribuição para a divulgação dos problemas relacionados com as informações, pelo menos, com algum interesse para aqueles que pela primeira vez abordam estes assuntos.

Dentro deste princípio, que sempre respeitaremos, vamos recorrer à nossa história para aproveitar exemplos muito curiosos para ilustrar a alta importância da actividade diplomática na pesquisa e recolha de informações e na elaboração de análises sobre as situações que se desenvolvem nos países e nos organismos junto dos quais as missões diplomáticas se encontram credenciadas.

A primeira actividade de informações no campo da diplomacia que encontramos registada na história portuguesa foi a levada a efeito por um cartelheiro, D. Afonso de Cartagena, Bispo de Burgos.

Após a conquista de Ceuta, Castela passou a espiar, por todos os meios, os movimentos sempre suspeitos e secretos dos portugueses (1), e, assim, D. João de Castela nomeou embaixador junto da corte portuguesa D. Afonso de Cartagena ainda antes de 1425 para, como o afirmou D. Afonso, «tratar de alguns negócios» que o rei lhe «encomendara» junto de D. João I e do primogénito D. Duarte com quem conseguiu rapidamente estabelecer relações de grande amizade. Entretanto o Infante D. Henrique, depois de duas expedições mal sucedidas às Canárias (2) entrou em negociações com a Cúria Romana para ser conferido a Portugal o direito de domínio efectivo sobre as ilhas pagãs do arquipélago das Canárias o que veio a ser de algum modo reconhecido por uma bula de 15 de Setembro de 1436.

D. João de Castela discordando de tal decisão deu instruções a um grupo de embaixadores, do qual faziam parte pelo menos o Doutor Luís

(1) Jaime Cortezão, «A Política de Sigilo dos Descobrimentos», Lisboa, 1960, pág. 19.

(2) A primeira, em 1424, de 2500 homens e 120 cavalos, sob o comando de D. Fernando de Castro e a segunda, em 1427, sob o comando de António Gonçalves da Câmara.

Álvares da Paz, embaixador junto do Papa, e D. Afonso, embaixador junto da corte portuguesa, para a rebaterem alegando a razões que assistiam a Castela (').

D. Afonso, de conversas que havia tido com D. João I e depois com D. Duarte e ainda «*com alguns outros portugueses*» sobre os direitos desta conquista, conseguiu, como diz D. Afonso, «*destas conferências alguma informação colhi sobre a matéria*», pelo que, por isso, foi «*encarregado pelos colegas*» a habilitar o embaixador Luís Álvares da Paz com factos passados de que se lembrasse para alegar contra a decisão papal sobre as Canárias, durante o Concílio de Basileia, com o fim de obter a revogação da decisão papal, o que se veio a verificar através da Bula «*Dudum Cum*» de Eugénio IV, dirigida a D. Duarte, que restaurava os direitos castelhanos lesados por decisões anteriores.

As informações apresentadas por D. Afonso nas suas alegações, foram cuidadosamente reunidas durante mais de dez anos na corte portuguesa e junto dos próprios D. João I e de D. Duarte que dispensavam grande amizade ao Bispo de Burgos. É contudo interessante constatar que apesar do esforço de pesquisa realizado por D. Afonso, em relação aos Açores, que haviam sido descobertos em 1427, apenas sabia, em 1435, quando redigiu as alegações, que «*a distância incerta e a Ocidente de Lisboa, existia uma vaga ilha chamada do Brasil que os mareantes portugueses tinham grande dificuldade em reencontrar*». No entanto, quatro anos sobre a divulgação das alegações de D. Afonso de Cartagena, ou seja em 1439, os Açores figuravam já como arquipélago no mapa de Valsequia ('), judeu converso de Maiorca, que pertencia à mesma comunidade religiosa e meio social de Jaime de Maiorca, cartógrafo do Infante.

Em 1444, João Fernandes, escudeiro da Casa do Infante que dominava a língua árabe por ter estado durante algum tempo cativo dos mouros, instigado por D. Pedro desembarcou no rio do Ouro e demorou-se alguns meses entre os alarves e os azenegues com o objectivo de, como *emissário do reino* de Portugal estreitar relações de amizade e «*ver as coisas daquele*

---

(') D. Afonso de Cartagena, «*Alegações por parte do Rei de Castela contra a conquista das ilhas Canárias pelos portugueses*».

(\*) Jaime Cortezão, «*Política de Sigilo dos Descobrimentos*», 1960, pág. 6.

sertão... e delas dar razão ao Infante» como diz João de Barros<sup>(5)</sup>. Sabe-se que o inquérito feito junto dos azenegues visou sobretudo a *recolha de informações* sobre a situação geográfica e o valor comercial das regiões visitadas, além de um conhecimento directo das relações mantidas pelos povos daquela área com as regiões limítrofes e da língua que falavam<sup>(6)</sup>.

O abnegado escudeiro pode considerar-se o precursor dos esforços portugueses, na área desconhecida do continente africano, para o estabelecimento de relações com alarves e azenegues e pesquisa aberta de informações naquele continente a sul do Sara. João Fernandes foi recolhido por caravelas de Antão Gonçalves, que já o haviam largado sete meses antes no rio do Ouro.

Desde o século XIV que Veneza juntava aos de Castela os esforços para procurar conhecer os informes obtidos sobre as rotas atlânticas do ouro africano que eram ciosamente guardados pelos homens do Infante, abrindo um consulado em Lagos para dar assistência às galés venezianas que escalavam aquela porto<sup>(7)</sup> a caminho de Lisboa, de Londres e da Flandres.

O primeiro cônsul nomeado foi Patrício de Conti que ganhou rapidamente a intimidade e a confiança dos colaboradores do Infante e passou a ser por ele «*estipendiado*»<sup>(8)</sup>. Conti actuou como agente económico e político do Rialto e duas referências históricas levam-nos a poder afirmar que também desempenhava tarefas ligadas às informações ao serviço da Senhoria.

Sabe-se que o cartógrafo veneziano Andrea Bianco, quando em 1448 ia para Inglaterra «*fez escala pelo Algarve onde consultou uma carta de marear portuguesa, que utilizou num mapa acabado em Londres, hoje na Itália...*»<sup>(9)</sup>. Duarte Leite comentava na obra referida: «o cartógrafo pôde

<sup>(5)</sup> Zurara, «Crónica da Guiné», vol. I, cap. XXXIX, pág. 178; Valentim Fernandes, «Manuscrito», cap. XXI, pág. 121.

<sup>(6)</sup> «Dicionário da História de Portugal», dirigido por Joel Serrão, vol. II, pág. 546.

<sup>(7)</sup> Manuel Nunes Dias, «O Capitalismo Monárquico Português», 1415-1549, vol. I, Coimbra, 1963, pág. 380; Tese de doutoramento, S. Paulo, 1957.

<sup>(8)</sup> Alberto Iria, «Descobrimientos Portugueses», Lisboa, 1956, vol. II, tomo I, pág. 83. O termo em italiano no livro de Luís Cadamosto é «provisionato».

<sup>(9)</sup> Duarte Leite, «Acerca da Crónica dos Feitos da Guiné», Lisboa, 1941, pág. 130.

examinar uma carta de marear portuguesa graças *provavelmente* a Patrício de Conti, cônsul de Veneza no Algarve<sup>(10)</sup>.

Luís Cadamosto relata<sup>(11)</sup> que Conti e Antão Gonçalves, secretário do Infante, foram enviados às galés venezianas do comando de Mareo Zeno, arribadas, em Setembro 1454, junto ao cabo de S. Vicente por falta de ventos, convidar e tentar o próprio Cadamosto, que se dirigia para a Flandres, a desembarcar e a empreender viagens sob a orientação do Infante, c que veio a concretizar-se em 22 de Março de 1455.

Os cônsules e enviados de Veneza mostravam-se especialmente hábeis na obtenção de informações estratégicas. Muitos dos seus relatórios eram de elevado nível, repletos de observações exactas e julgamentos muito acertados. Nesta época a cartografia constituía uma técnica pouco conhecida e pouco divulgada, o que deu origem a grandes e importantes operações de informações para obter dados geográficos registados nas diversas cartas desenhadas pelos raros cartógrafos que então se dedicavam à arte de decenhar mapas de áreas pouco conhecidas, cartas de marear e portulanos.

Entre as nações medievais da Europa, pertence a Veneza a precedência e a primazia no uso da criptografia em documentos oficiais civis, que monta desde o século XIII.

No século XIV, a Senhoria organizou o seu arquivo e, em 1402, a sua Chancelaria Secreta.

Desde então o Governo da República multiplicava as providências e expedientes para tornar inviolável o segredo sobre as suas deliberações internas e os informes que os seus agentes enviavam do estrangeiro.

A política de segredo obrigou a calar muitos factos que interessavam à história e, a acrescentar a esta dificuldade, «toda a colecção de relações dos embaixadores da República no estrangeiro, desde o século XIV a meados do século XVI, foi destruída por dois terríveis incêndios, que devoraram grande parte da «Chancelaria Secreta» na segunda metade do século passado, perda muito sensível para a História do Mundo naquela época»<sup>(12)</sup>.

---

(10) Idem, idem, Ibid, nota 144.

(11) «Viagens de Luís Cadamosto e de Pedro de Sintra», Edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1948, pág. 87.

(12) Jaime Cortezão, «A Política de Sigilo dos Descobrimentos Portugueses», Lisboa, 1960, págs. 15 e 16.

Para procurar tirar partido de todo este manancial de conhecimentos a busca de informações geográficas e cartográficas para alcançar as Índias asiáticas por mar, os portugueses levaram o seu esforço de pesquisa até à pequena ilha veneziana de Murano, onde Fra-Mauro, segundo os registos do convento de Murano, foi contactado por emissários de D. Afonso V para elaborar um mapa, para o qual recebera, em Fevereiro de 1457, a primeira quantia para as despesas respectivas. Em Julho de 1469, ainda Fra-Mauro não tinha completado o seu mapa, os embaixadores de D. Afonso V faziam outra tentativa, agora em Florença, junto do sábio Paolo dal Pozzo Toscanelli, autoridade na ciência geográfica do seu tempo, que mostrou aos enviados portugueses o «Mappamundo grande storiato e compinto di tucto» da autoria de Francisco Castellani<sup>(13)</sup>.

Jaime Cortezão, no balanço sumário dos actos diplomáticos que precederam à celebração do Tratado de Tordesilhas, em que ambas as partes tudo fizeram para esconder as suas intenções, anota que Garcia de Resende na sua *Crónica de D. João II*, narra que o monarca pagava secretamente aos conselheiros mais íntimos dos Reis Católicos e assim conhecia as suas intenções com antecedência bastante para prevenir os embaixadores em Espanha, por meio de um serviço de postas muito rápido, que tinha organizado para isso. Por sua parte os *Reis Católicos* não deixaram de utilizar processos equivalentes<sup>(14)</sup> e de se servirem do prestígio de Roma, através do papel desempenhado pelo Papa Alexandre VI para obter as bulas de 3 e 4 de Maio de 1493, pelas quais o Papa lhes concedia a soberania sobre as terras descobertas por Colombo, bulas que foram antedatadas<sup>(15)</sup> como reacção às propostas de D. João II apresentadas na primeira fase de negociações pelo embaixador português Rui de Sande.

---

(13) Jaime Cortezão, «A Política de Sigilo dos Descobrimentos», Lisboa, 1960, págs. 86 e 90.

— Jaime Cortezão, «História dos Descobrimentos Portugueses», Lisboa, 1978, pág. 157.  
— Garcia de Resende, «Chrónica dos valerosos e insignes feytos del Rey Dom Juan II», cap. CLXVIII.

(14) Jaime Cortezão, «A Política de Sigilo nos Descobrimentos», Lisboa, 1960, págs. 140 e 141.

(15) Descoberta do historiador belga Vander Linden, em 1916, dada a público na «The American Historical Review», vol. XVI, «Alexandre VI and the demarcation of the maritime and colonial domains of Spain and Portugal (1493-1494)», pelo qual se demonstrava que a *brevia bullata — Inter Coetera* — datada de 4 de Maio, foi expedida em Junho e a — *Eximiae* — de 3 de Maio, foi expedida em Julho.

Mais tarde, D. Manuel, em requerimento que passou a Diogo Lopes de Sequeira <sup>(16)</sup>, em 13 de Fevereiro de 1508, recomendava-lhe explicitamente que colhesse ali (Malaca) as mais completas *informações sobre os chins* (chineses) «donde procediam, quão longe ficava o seu país, em que ocasiões frequentavam Malaca, em que lugares traficavam, que espécies de mercadorias traziam, quantos barcos vinham ao ano, qual o feitio e o tipo desses barcos, se regressavam no mesmo ano, se tinham feitorias ou casas em Malaca ou em qualquer outro país, se eram mercadores ricos, se fracos ou belicosos. Se possuíam armas ou artilharia, que espécies de fatos usavam, se eram homens de grande porte, se tinham mais de um rei, se viviam mouros entre eles ou povos e crenças diferentes, se não sendo cristãos o que acreditavam e adoravam, quais os costumes que observavam, até que ponto se estendia o seu país e com que povos confinavam» <sup>(17)</sup>.

D. Manuel, na convicção de que havia consolidado o domínio do Índico e o tráfico do Oriente e depois de assegurada a posse de Malaca, procura estabelecer relações de amizade com o Império do Meio, escolhendo para embaixador Tomé Pires, um modesto boticário que pela Índia andava em busca de drogas.

Esta primeira tentativa de contactos diplomáticos foi muito mal planeada e preparada e assim o embaixador Tomé Pires começa o seu mar-tírio a 15 de Agosto de 1517, em Tamão, com largas esperas e delongas, sob condições de clima muito desfavoráveis que provocaram grossas avarias na maioria dos navios da esquadra. Só chega a Cantão em Outubro e teve que esperar quinze meses até se dirigir à corte em Pequim.

As cartas que o embaixador levava, para apresentar ao soberano chinês, não tinham sido redigidas pelos intérpretes nos termos precisos do protocolo imperial e delas deduziram que «enganosamente entráramos na terra da china *para lhes ver a terra ...*» <sup>(18)</sup>; além disto e por influência do soberano de Malaca, éramos considerados «ladrões dos mares», pelo que a embai-

<sup>(16)</sup> Enviado em 1509 «descobrir» Malaca e «assentar» amizade com o rei da terra. Foi nomeado governador da Índia em 1518.

<sup>(17)</sup> «Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas», Lisboa, 1892, págs. 194 e 195, transcrito no artigo «Os primeiros contactos entre Portugueses e Chineses», por Luís Gonzaga Gomes — «Boletim do Instituto Luís de Camões», n.º 2, Mar/66.

<sup>(18)</sup> Eduardo Brazão, «Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China», 1516-1753, Lisboa, 1949, pág. 22.

xada foi mandada regressar a Cantão em 1521 e o embaixador intimado a escrever para Malaca para que a terra fosse entregue ao seu antigo rei. Todos os elementos da embaixada tiveram um fim trágico e ignominioso e em 1524 Cristão Vieira e Vasco Calvo, que pertenciam à comitiva do embaixador, ainda estavam vivos e relatavam que Tomé Pires havia falecido nesse ano por doença.

A razão que me levou a relatar, muito resumidamente, as vicissitudes por que passou a nossa primeira embaixada à China, é para dar enquadramento às cartas dos cativos de Cantão publicadas por Donald Ferguson e pelo Dr. E. A. Voretzsch, cartas que são verdadeiros estudos de informações de grande valor não só sob o ponto de vista do conceito em que eram tidos os Portugueses no Extremo Oriente naquela época, como também sob o ponto de vista do terreno e ambiente político, social e económico<sup>(19)</sup> em que podemos destacar: organização política e administrativa; comércio e transportes; segurança das comunicações; exploração da terra; mão-de-obra especializada; justiça, penas e tormentos; armamento, etc.<sup>(20)</sup>.

D. Manuel morre sem ter tido notícias da sua embaixada e D. João III, ainda com alguns conselheiros do Príncipe Perfeito, toma a grande decisão de manter apenas o possível no norte da África e transferir o esforço do Índico para o Brasil. Mas, paralelamente a uma política nacional acertada, deixa-se apoderar de um fanatismo religioso que abre a possibilidade à instauração no reino do Santo Ofício, que afugenta e persegue os judeus que vão para Inglaterra e para a Flandres arrecadar os lucros da passagem do comércio do Oriente, do Mediterrâneo para Lisboa.

Com o fim da dinastia de Avis, surge a união com a Espanha.

Com a restauração de Portugal, em 1640, restabeleceram-se as relações com a Inglaterra.

Relativamente a esta época, e por volta de 1650, julgamos interessante chamar a atenção para um estudo realizado pelo Estado-Maior do Exército sobre as cartas de D. João IV dirigidas ao Conde da Vidigueira (Niza)

---

(19) Eduardo Brazão, «Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China», 1516-1753, Lisboa, 1949, págs. 41 a 60 — Cartas de Cristão Vieira e Vasco Calvo.

(20) Recomendamos a leitura destas cartas.

embaixador em França e na Holanda, utilizando vários sistemas criptográficos, um dos quais da autoria do Infante D. Duarte, irmão do rei <sup>(<sup>21</sup>)</sup>, (<sup>22</sup>).

Os assuntos versados nas cartas estudadas eram relativos à consolidação da independência e à libertação do Infante D. Duarte do cativeiro a que estava sujeito. D. João IV desenvolvia para o efeito uma intensa actividade diplomática, através dos seus embaixadores nas cortes europeias, para o qual conseguiu manter um sigilo apreciável.

A criptografia encontrava-se num período de renascimento em certas cortes influentes em virtude do aparecimento dos primeiros especialistas de informações no mundo ocidental, entre os ministros e os secretários das embaixadas, que se envolveram intensamente na pesquisa e análise de informações secretas, que interessavam à condução da política externa dos seus países.

Os serviços de informações começaram a aparecer com uma organização desenvolvida a título permanente com fins de segurança nacional e de apreciável expressão externa que envolvia cônsules e diplomatas que prolongavam e ampliavam a actividade consular e diplomática com a colaboração de informadores e agentes secretos.

Os serviços de informações da época contavam ainda com a censura postal e com as actividades do Santo Ofício.

Ainda neste período foram detectadas, por Jaime Cortezão, actividades do embaixador de França em Lisboa, relacionadas com a colheita de informações cartográficas, dado que os nomes registados pelos portugueses em África só apareceram, segundo investigações de Jaime Cortezão <sup>(<sup>23</sup>)</sup>, na «cartografia estrangeira» na carta de Blaeu, de 1659, publicada em Amesterdão, logo repetidos na de Jacob Van Meurs, de 1668, mas denunciando, sem a menor dúvida, na sua nomenclatura, a cópia de modelos portugueses. «Um pouco mais tarde «tais nomes» apareciam no Atlas publicado por Pierre Mortier com o título *Suite du Neptune Français* ou *Atlas nouveau des Cartes*

---

<sup>(21)</sup> «Estudo das Cartas em Cifra de El-rei D. João IV», Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1970.

<sup>(22)</sup> Possidónio Mateus Laranjo Coelho, «Cartas de El-rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França», Academia Portuguesa da História, 1942.

<sup>(23)</sup> Jaime Cortezão, «História dos Descobrimentos Portugueses», Lisboa, Edição Circulo de Leitores, 1978, págs. 85 e 86.

*Maritimes, levée par ordre exprés des Rois du Portugal sous qui on a fait la decouverte de l'Afrique*, Amesterdão, 1700». No intróito do *Atlas* explica-se como vinte e cinco dessas cartas vieram ao conhecimento do cartógrafo. Foram mandados copiar pelo Sr. D'Ablancourt nos arquivos reais de Lisboa, onde os reis de Portugal as guardavam para seu uso.

Jean Fremont d'Ablancourt fora, com efeito, embaixador de França na corte portuguesa entre os anos de 1659 e 1664.

Jaime Cortezão, contudo, suspeitava que «esta história das cópias mandadas fazer sub-repticiamente, escondia uma realidade mais comezinha: D'Ablancourt devia ter comprado a um cartógrafo português ou a outrem em Portugal um Atlas com aquelas indicações», dado que o Atlas de João Teixeira Albernaz, feito em 1665, existe nos Archives Nationales de Paris, e onde a maior parte daqueles nomes figuram.

Em 1662, foi assinado com a Holanda um tratado de paz, pelo qual Portugal renunciava à posse da parte dos seus domínios no Oriente, nessa data em poder da Holanda, tendo no entanto surgido problemas pelo que a paz definitiva só foi alcançada em 1669, por um novo tratado.

A França, embora amigavelmente, procurou e conseguiu estabelecer feitorias na Índia, sendo a primeira, Surate, no ano de 1672.

A Inglaterra havia sempre manifestado as suas pretensões sobre Bombaim. Tentou a sua ocupação em 1626 e, em 1652, procurou negociar a sua compra com o Governo de Goa. Finalmente em 1661, sendo então regente D. Luísa de Gusmão devido à menoridade de D. Afonso VI, foi assinado com Carlos II da Inglaterra um tratado de aliança em que uma das cláusulas era a entrega do porto e ilha de Bombaim e a concessão aos ingleses, para o exercício do comércio em Goa, Cochim e Diu, dos mesmos privilégios de que gozavam os portugueses.

Em 1662, já no reinado de D. Afonso VI, entrou no Porto de Bombaim, vindo de Inglaterra, sob o comando de Lord Malborough, uma esquadra inglesa com quatro companhias de infantaria e o futuro governador Abraão Shipman para tomar conta da fortaleza. Contudo o governador português António de Melo e Castro, que tinha ido para a Índia com a incumbência de entregar Bombaim, recusou-se a tal sob o pretexto de o comandante da esquadra se ter recusado a socorrer Cochim que estava sitiada. Malborough, depois de uma tentativa de, pela força, procurar apoderar-se da praça, retirou para Inglaterra depois de ter deixado na ilha de Angediva as quatro companhias de infantaria.

Para explicar as razões que assistiam às gentes de Goa para não entregar Bombaim, Melo e Castro enviou a Lisboa o Padre Manuel Godinho<sup>(24)</sup> na alta missão que não tinha «outro fim, mais que a salvação de muitos milhares de almas», o «bem» de Portugal e a «conservação do Estado da Índia».

Sendo a *missão secreta*, era arriscado seguir pelo cabo da Boa Esperança em nau inglesa, pois não havia portuguesa, dado que escasseavam os navios de Portugal que faziam a carreira do Oriente<sup>(25)</sup>.

Godinho partiu de Baçaim em Dezembro de 1662 e viajando através da Síria, Pérsia e do Mediterrâneo, chegou a Lisboa em Outubro de 1663, gastando 10 meses na viagem o que se pode considerar notável para o tempo.

No prólogo da sua obra, o Padre Godinho escusa-se a revelar a causa da sua viagem por terra ao reino, como é uso em outras relações, justificando-se: «justos porém e superiores respeitos me escusam desta obrigação, cujo cumprimento danaria sem dúvida o segredo por muitas razões necessário e encomendado».

«Quis tomar essa ressalva para que os leitores não julguem a cautela por defeito da história. *O mais que posso dizer é que vim a negócios muito do serviço de ambas as Magestades divina e humana e que não tiram a outro fim mais que à salvaguarda de muitos milhares de almas bem deste reino e conservação do Estado da Índia*»<sup>(26)</sup>.

O itinerário seguido foi: de Baçaim para Surate, onde embarcou para a Pérsia; desta para Bassorá<sup>(27)</sup>; depois pelo deserto até Alepo<sup>(28)</sup> na Síria, onde esteve preso, na segunda quinzena de Maio de 1663, sob acusação de ser espião<sup>(29)</sup>; depois de libertado partiu para Alexandria, «último termo do Mediterrâneo». De Alexandria, por mar, a Malta; de Malta a Marselha.

<sup>(24)</sup> Manuel Godinho, nascido no Alto Alentejo, na vila de Montalvão, em 1630. Aos 15 anos entrou para a Companhia de Jesus, passando às missões da Índia. Foi mais tarde, como padre secular, prior de S. Nicolau em Santarém, beneficiado na paróquia de S. Nicolau de Lisboa e prior na Igreja de Santa Maria de Loures. Foi também protonotário apostólico e comissário do Santo Ofício. Faleceu em 1712.

<sup>(25)</sup> «Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da Índia para Portugal, no ano de 1663, o Padre Manuel Godinho». Introdução de A. Reis Machado, Lisboa, 1944, págs. XI, XII, XV.

<sup>(26)</sup> Idem, idem, pág. 6.

<sup>(27)</sup> Actual AL-BASRA, no Iraque.

<sup>(28)</sup> Actual HALEB, na Síria.

<sup>(29)</sup> Idem, idem, pág. 198.

Depois o caminho através da França até La Rochelle e demais por mar de La Rochelle a Cascais; e de Cascais a Lisboa.

A relação, sob o ponto de vista de informações, é toda do maior interesse para a época e actualmente para a história; no entanto gostaríamos de salientar o Capítulo XXIV «Roteiro dos Diversos Caminhos que se podem tomar na Índia à Europa, e desta à Índia por terra. Inculca-se um Novo e Breve Caminho» (30).

O caminho considerado mais breve era então pelo estreito de Meca ao mar Roxo, até Suez. Dali, em três dias se ia ao Cairo em cáfilas. Do Cairo pelo rio Nilo abaixo a Alexandria onde se tomavam naus francesas, inglesas e holandesas, para se passar à Europa. Embora sendo breve tornava-se arriscadíssimo, pois os turcos «eram muito ciosos da sua casa de Medina onde jaz o seu Mafoma, e não queriam que os cristãos se chegassem a ela».

O segundo caminho era o da Pérsia, embarcando para lá fazendo escala em Comorão ou no Congo (31), dali em cáfilas para Lara (32) em nove dias. De Lara a Xirás (33), em 15 dias. De Xirás ao Hispão (34), corte do persiano, e mais três léguas surge o rio Gopal, depois o Charom, depois o Carça, Babilónia, Alepo ou Damasco (35). Esta viagem era considerada segura, pois não se encontravam ladrões.

O terceiro é o que o Padre Godinho percorreu.

Além destas viagens ainda existiam mais duas, uma pela Moscóvia, outra «por via de Angola».

«Para fazer a viagem pela Moscóvia convinha primeiro que tudo haver cartas de recomendação de el-rei de Inglaterra, porque o moscovita faz tanto que, sendo proibido pelas leis do seu reino que não entrem por ele estrangeiros, se algum vai recomendado pelo inglês não só lhe franqueiam o seu reino, senão que lhe dá todo o necessário. Havida pois esta carta de recomendação do dito rei, convém embarcar para Hamburgo, que dista de Lisboa 300 léguas, de Hamburgo a Lubeque por terra é caminho de um

(30) Idem, idem, págs. 180 a 187.

(31) Pensamos que fossem portos do estreito de Ormuz.

(32) Actual LAR.

(33) Actual SHIRAZ.

(34) Actual ISPAHAN.

(35) Actual ESH SHAM na Síria.

dia, de Lubeque pelo mar Báltico ao porto de Riga na Livónia<sup>(36)</sup>, que é viagem de dois dias, de Riga por terra à cidade de Moscóvia, que deu o nome a toda a província, são cento e vinte léguas, daqui pelo rio Moscua<sup>(37)</sup> abaixo se navega até à cidade de Columnão<sup>(38)</sup> distante catorze léguas da corte. Aqui se mete o rio Moscua no rio Oca, e por este se navega com a corrente» ... até Missinnovogródio<sup>(39)</sup>, ... nesta cidade entra o Oca no célebre Volga, pelo Volga abaixo se navega cento e cinco léguas até Kasan, e daqui assim mesmo pelo rio cento e dez léguas se vai a Astrakhan, que fica na foz do rio Volga e é já porto de Moscóvia no mar Cáspio. De Astrakhan<sup>(40)</sup> se navega por este mar a Rasht, porto da província de Guilan, pertencente á Pérsia, e é viagem de quatro dias. De Rasht a Tauris são dez jornadas ... De Tauris<sup>(41)</sup> à corte de Hispão vinte. De Hispão ao Congo ou Comorão, portos da Pérsia no seu estreito, trinta dias de caminho. Destes portos a Surate, Baçaim ou Damão um mês de viagem quando muito. Para desandar este caminho e vir da Pérsia à Europa por Moscóvia sem impedimentos, se deve tomar por companheiro um ou dois frades de S. Basílio, gregos, em cuja companhia passará livremente por toda a Moscóvia e a razão desta liberdade que naquele reino têm estes frades é porque os moscovitas seguem os ritos gregos, e aquela ordem de religiosos é entre eles sumamente estimada por única. Os frades virão se nisso acharem conveniência.»

Quando o Padre Manuel Godinho chegou a Lisboa já D. Afonso VI havia escrito em 16 de Agosto de 1663 a Melo e Castro em que dizia «vos ordeno ... que façais que se execute a dita entrega muito pontualmente sem contradição alguma», mas Bombaim não foi entregue e a doença e o clima de Anjediva foi reduzindo as companhias de infantaria inglesa, acabando o seu comandante Shipman também por morrer.

Em 1665, por ordens mais do que nunca terminantes de Afonso VI, na pessoa de Inofre Cook era dada a posse de Bombaim à Inglaterra.

(36) R. S. S. da Latviana.

(37) Actual Moskva.

(38) Actual Kolomna.

(39) Actual Gorki e antiga Nishnij — Nowgorod.

(40) Actual Astrakhan.

(41) Actual Tairish ou Hehran perto de Teerão.

Enquanto na Índia se passavam estes eventos, no Extremo Oriente, por volta de 1666, entrava em declínio a dinastia Ming<sup>(42)</sup> e consequentemente o poder então nas mãos de Wan-Li, levando os nipónicos e os manchus a actuarem nas costas e fronteiras chinesas o que lhes alimentou as esperanças de conquistarem todo o império. De Macau era apoiada a árdua tarefa de catequizar e converter os chineses, e dali partiam os jesuítas para a cruzada santa de evangelizar o Império do Meio.

Paulo Hsu Kuany-Ch'i, chinês convertido ao catolicismo por Ricci<sup>(43)</sup>, sugeriu aos portugueses de Macau que oferecessem os seus serviços de técnica militar à decadente dinastia<sup>(44)</sup>.

Eduardo Brazão, na sua notável obra sobre as relações diplomáticas de Portugal com a China, refere que a ideia consistia no fornecimento de canhões a Pequim, «que seriam acompanhados por alguns jesuítas para a instrução e manejo de tais», o que tivera o apoio de «certos mandarins, como Li Chih-Tsao, presidente do Conselho dos Ritos.

Perante a relutância dos religiosos inacianos em se imiscuirem tão directamente na guerra, Li venceu os seus escrúpulos com este apólogo: *«Padres que isto vos não perturbe, pois este projecto militar não servirá mais as nossas necessidades do que a agulha serve as do alfaiate, o qual quando tem fim a linha com que cose e tem pronto o vestido, põe de parte a agulha; que vossas Reverências nisto intervenham por ordem do Rei e as armas transformar-se-ão em penas de escrever»*<sup>(45)</sup>.

Assim partiram de Macau os primeiros canhões com as armas de Portugal, para servirem as tropas Ming.

Poucos anos depois, em 1629, mas agora pela boca do próprio imperador Chung Cheng, a China pediu novo auxílio português.

Contudo, a partir de 1643, quando os Manchus dominavam toda a China, os portugueses começaram a ser vítimas do seu empenhamento a favor dos Mings, dado que o imperador Manchu decretou em 1662 a proi-

(42) A tradução de Ming é brilhante, glorioso.

(43) Mateus Ricci, cientista jesuíta que chegou a Macau em 1582, e que chegou a ter grande importância na corte imperial de Pequim. Sucedeu a Ricci o jesuíta Verbiest.

(44) Os portugueses tinham na província de Macau uma florescente fundição de artilharia que era dirigida por Manuel Tavares Bocarro. Confronte «Expedições militares portuguesas em auxílio dos Mings contra os Manchus — 1621-1647», por C. R. BOXER.

(45) Eduardo Brazão — «Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China» — 1576-1753, Lisboa 1949, págs. 70 e 71.

bição do comércio em todo o seu império e no mar, com gente de fora, sob pena de morte, o que levou, após 5 anos do «bárbaro decreto do usurpador», os portugueses de Macau a pedir com muita determinação ao Vice-Rei da Índia João Nunes da Cunha<sup>(46)</sup> que mandasse uma embaixada à corte do Imperador para lhe relatar o miserável estado da cidade de Macau. Para tal apresentou-se como voluntário Manuel de Saldanha<sup>(47)</sup> <sup>(48)</sup> que chegou a Macau a 6 de Agosto de 1667 e partiu para Cantão em 21 de Novembro do mesmo ano e para Pequim, a *Cidade Proibida*, em 4 de Janeiro de 1670.

Esta embaixada foi muito bem planeada e preparada e beneficiou do apoio dos missionários do Padroado português que tinham na época grande influência junto da corte imperial chinesa.

O embaixador depois da parte protocolar da troca de presentes e das homenagens, procurou entregar um memorial sobre Macau no qual se empolavam os serviços prestados pelos portugueses ao Imperador, tais como: a expulsão dos holandeses, a perseguição dos piratas que infestavam os mares e outros informes onde se exaltavam a bravura dos portugueses. Os padres missionários mostraram a Saldanha o perigo da entrega de tal memorial, dado que os tártaros apesar de todo o seu poder e sucessos recentes, viviam com medo da artilharia que estava em Macau e falavam nela muitas vezes<sup>(49)</sup>. Avisado era o conselho dos missionários que Saldanha não hesitou em seguir e limitou-se a falar nos «apertos de Macau».

«Da parte da Embaixada houve a prudência de saber ouvir não só os que conheciam o meio, como os que entendiam os altos interesses de Portugal e estavam, ao mesmo tempo, na preciosa intimidade do soberano.

Saldanha mostrou bem claramente os seus raros dotes de diplomata, levando ao melhor termo o objectivo da Embaixada, sem puxar avaramente a glória para si: coordenou esforços, instruiu-se do ambiente em que tinha

(46) Conde de São Vicente.

(47) Eduardo Brazão, obra citada, págs. 75 e 76.

(48) Saldanha tomou parte na malograda expedição do Conde da Torre ao Brasil, em 1638; bateu-se na Guerra da Restauração, como capitão de cavalos; e foi ele que, como governador de Olivença, a entregou quando esta foi atacada pelo Duque de San Germain (1657), tendo por isso seguido como degredado para a Índia.

(49) Eduardo Brazão, obra citada, págs. 93 e 107.

de agir»<sup>(50)</sup> conseguindo assim que o grande Kang-Hsi se recusasse a sair com algum decreto contra Macau, embora para isso fosse muito aconselhado.

Passados pouco menos de cinquenta anos, com o desaparecimento do Imperador manchu Kang-Hsi, iniciou-se uma fase de rejeição e perseguição aos missionários com o começo do reinado de Yung-Ching, o que provocou em 1724 uma petição do Senado da Cidade do Nome de Deus a D. João V que considerava que só uma intervenção diplomática poderia desviar o curso dos acontecimentos e que o monarca teve a oportunidade de confirmar com as palavras do padre jesuíta António Magalhães que como embaixador<sup>(51)</sup>, ainda de Kang-Hsi, através das quais lhe deu conta do estado ruinoso das missões da China, reforçando a necessidade de uma urgente intervenção real.

Desta acção conjunta que teve larga repercussão na Europa resultou o envio de uma missão diplomática ao Oriente chefiada por Alexandre Metelo de Sousa Menezes, em 12 de Abril de 1725, e que levou 15 longos meses a chegar a Macau<sup>(52)</sup>, onde Sousa Menezes dirigiu uma carta aos juizes, vereadores e procuradores da Câmara da Cidade do Nome de Deus em que declarava:

«Remeto a Vossas Mercês pelo meu Secretário duas cartas de El-Rei Nosso Senhor e por uma delas verão Vossas Mercês que Sua Magestade me manda por seu Embaixador à corte de Pequim e *somente se me oferece acrescentar e é conveniente esteja em segredo a matéria das ditas cartas e da que leva o capitão-tenente desta nau enquanto não pudermos ter uma conferência particular; e só podem Vossas Mercês fazer público o que respeita à minha hospedagem*»<sup>(53)</sup>.

Quando em 18 de Novembro partiu para Pequim, Sousa Menezes havia preparado tão importante missão com o maior cuidado dado que não conhecia a China, nem conhecia a melhor forma de se conduzir em contacto

(50) Eduardo Brazão, obra citada, págs. 93 e 94.

(51) Eduardo Brazão, obra citada, pág. 119 — Mas enquanto os palacianos se extasiavam perante o presente fabuloso e os diplomatas enviavam urgentes mensageiros aos seus governos, com cartas cifradas bem arrecadadas nos cinturões, descrevendo, com segredo e reserva o precioso mimo do distante e opulento manchu, um humilde inaciano segredava ao ouvido do monarca português o estado ruinoso das missões da China e a necessidade duma urgente intervenção real.

(52) 10 de Junho de 1726.

(53) Eduardo Brazão, obra citada, pág. 123.

com os hábitos e costumes tão estranhos para ele. Pela sua residência passaram os missionários mais experientes e de todos recebia avisos e conselhos.

Ao chegar à corte imperial em Pequim como embaixador congratulatório, como já havia acontecido com Saldanha que não usou o humilhante título de tributário<sup>(54)</sup>, Sousa Menezes embora recebido com honrarias superiores às concedidas ao embaixador de Moscovo, começou a ter dificuldades dado que «Jung Ching temendo o falar indiscreto do representante de D. João V, evitou-lhe todas as ocasiões em que ele pudesse tocar no problema missionário, não só junto de si como junto dos seus missionários»<sup>(55)</sup>. E, a 8 de Julho de 1726, de surpresa conferiu a última audiência em que falou apenas em tártaro, ficando frustrados os dois intérpretes portugueses porque dos missionários só o padre Parrenin, de nacionalidade francesa, sabia tártaro.

«Estava terminada a missão do embaixador de D. João V.»

Regressando à Europa e na altura em que ocorreu o terramoto de 1755, os jesuítas, inimigos declarados do Marquês de Pombal, não hesitaram em afirmar que tão pavorosa calamidade fora um tremendo castigo da Justiça Divina pela impiedade do ministro e dos seus colaboradores. Estes boatos espalharam-se com tal celeridade por toda a Europa que o ministro português em Viena, numa carta de 18 de Janeiro de 1756, pedia a Pombal que o informasse acerca dos efeitos do terramoto porque se espalhara em Viena que as ilhas dos Açores haviam desaparecido, que a da Madeira estava inteiramente destruída e que Coimbra estava reduzida a cinzas, além de muitas outras falsidades, acrescentando que os jesuítas chegaram a profetizar que igual convulsão se havia de repetir no mesmo dia do ano seguinte.

O Marquês de Pombal além de repor a verdade e relatar a dimensão dos acontecimentos não só em despacho para Viena, como para todas as embaixadas na Europa, tirou partido da profecia e no último dia de Outubro de 1776 mandou postar numerosas guardas em torno da cidade, que junto do povo tiraram partido das falsidades propaladas, explorando os próprios receios do povo que felizmente não tiveram fundamento<sup>(56)</sup>.

---

(54) Idem, idem, págs. 125 a 130.

(55) Idem, idem, pág. 134.

(56) John Smith, «Memórias do Marquez de Pombal», 1872, págs. 47 e 48.

Dez anos depois, voltamos a detectar um facto histórico que consideramos como sendo o primeiro caso de espionagem industrial verificado no nosso país, e assim vejamos.

O suplemento a «Gazeta» de Lisboa, de 17 de Junho de 1785, em notícia de Viena, datada de 11 de Maio anterior, difundia que o Mr. *Miguel*, antigo maquinista da Imperatriz da *Rússia*, que se achava naquela altura na Áustria, tendo visitado os arsenais austríacos, e observado que os munhões das peças eram limados com muito trabalho, e gasto de tempo, ficando não obstante imperfeitamente redondos, inventou uma máquina para os tornear e polir perfeitamente: e julgando-se esta invenção uma das mais preciosas na artilharia, o Imperador austríaco ordenou que dela se fizesse uso.

Nesta mesma «Gazeta», com notícia de Lisboa, datada de 17 de Junho, esclarecia-se que o «desenvolvimento de Mr. *Miguel* acima mencionado no artigo de *Viena*, nos dá uma grata ocasião de fazer justiça ao merecimento de um bom patriota, que pelos seus talentos, erudição e zelo com que procura promover objectos de pública utilidade, faz honra à Nação *Portuguesa*, e é digno de gratidão geral: competindo-lhe aliás com mais justo título a glória daquela invenção, de que em *Alemanha* se tem feito tanto caso. Este é o Brigadeiro dos Reais Exércitos Bartholomeu da Costa, Intendente-Geral das Reais Fundições de Artilharia e laboratórios dos instrumentos bélicos, Director das minas de ferro e carvão e Sócio da Academia Real das Ciências, o qual, entre outros descobrimentos com que se tem distinguido, inventou uma máquina, que já desde 1766, se acha estabelecida na Real Fundação desta cidade, e a qual é tão simples e sólida, que com muita facilidade torneia os munhões das peças e morteiros, e com tal perfeição, que ainda que os munhões não estejam bem colocados pela fundição, ou brocado da peça, eles por meio desta máquina ficam, além de bem torneados e polidos bem perpendiculares à alma da peça. Outra nova máquina do mesmo autor se acha desde o mesmo tempo, estabelecida para tornear morteiros, deixando-lhes só os lugares destinados para os ornatos; e do mesmo modo serve para tornear as peças. Mal os alemães sabem quanto nós os precedemos nestes artefactos pelo raro engenho de quem os dirige!».

Esta notícia mereceu do General João Manuel Cordeiro<sup>(57)</sup> o comentário de que o Mr. Miguel tinha estado em Lisboa e que segundo lhe constava que não teria perdido a ocasião de, com protecção diplomática visitar os nossos arsenais, podendo considerar-se este acontecimento registado na época, com oportunidade, e como já foi dito, um bom exemplo de espionagem industrial, com cobertura diplomática.

Poucos anos depois, começam a chegar a Portugal as ideias renovadoras da Revolução Francesa que alarmaram os Governantes. Estes, desprezando os conselhos da Inglaterra que já nessa altura dispunha de um bom serviço de informações, ainda se aliaram à Espanha contra a França, tendo sido enviado um contingente militar para os Pirenéus.

A Espanha, como fora previsto, foi obrigada a rever a sua política e a aliar-se à França contra a Inglaterra.

No período da Guerra Peninsular há também alguns apontamentos curiosos da actividade da diplomacia no campo das informações que seguidamente referiremos.

Napoleão, verificando que o Príncipe Regente não se decidia a fechar os portos aos navios ingleses, nem expulsar estes de Portugal, resolve concertar com a Espanha um plano de invasão e partilha do território continental.

O Conde da Ega, nosso embaixador em Madrid, *teve conhecimento do conluio* e escreveu ao Príncipe Regente a aconselhá-lho a aderir ao Bloqueio ou então a abandonar a metrópole, reino «ganhado e conservado com o sangue dos seus antepassados «para ir» estabelecer no Novo Mundo uma monarquia, que bem possa vir a ser um império da maior consideração»<sup>(58)</sup>.

---

(57) Oficial de artilharia, que foi director da Fundição de Canhões e era especializado em assuntos do Arsenal do Exército. Atingiu o posto de General de Divisão. Colaborou na «Revista Militar» e escreveu: Da exploração do salitre em Portugal, e em particularidade na vila de Moura, Lisboa, 1854; Breves anotações acerca do Exército, e particularmente da arma de artilharia, disse na Câmara dos Senhores Deputados, na sessão de 17 de Dezembro de 1865, o sr. deputado José Paulino de Sá Carneiro, Lisboa, 1886; Questões militares, tratadas na Câmara dos Senhores Deputados nas sessões de 5, 7 e 9 de Junho de 1888 pelo deputado Sebastião de Sousa Dantas Baracho, respeitante ao polígono de Vendas Novas e estabelecimentos fabris, Lisboa, 1889; Quadro Relação ou Relação Geral dos Officiaes que têm gerido a aquisição, conservação e distribuição do material de guerra, depois da época da Restauração. Esta foi publicada no «Diário Ilustrado»; O Arsenal do Exército, artigos publicados no «Jornal do Comércio» de 5, 6 e 11 de Fevereiro de 1868.

(58) «Dicionário da História de Portugal», vol. V, pág. 47.

Este conselho já estava no espírito dos ministros do Reino dado que foi assinada, em Londres, em 22 de Outubro de 1807, uma convenção secreta entre o Príncipe D. João de Portugal e o Rei Jorge III da Grã-Bretanha sobre a transferência para o Brasil da sede da Monarquia Portuguesa e ocupação temporária da ilha da Madeira por tropas britânicas<sup>(59)</sup>.

Em 27 de Outubro de 1807 foi assinado o Tratado de Fontainebleau entre a França e a Espanha para a já planeada e detectada partilha de Portugal.

Junot recebe ordem de Napoleão para, em marchas forçadas, ocupar Lisboa e procurar evitar o embarque da família real para o Brasil. Contudo o embaixador de Portugal em Paris no seu regresso a Lisboa informou o rei ter-se encontrado em Burgos com as tropas francesas de Junot o que tranquilizou de algum modo os conselheiros do rei, mas por seu lado Lord Strangford, embaixador inglês em Lisboa, manda mostrar ao Príncipe Regente um exemplar do «Le Moniteur», de 30 de Outubro, que havia chegado à sua mão por via marítima com o decreto pelo qual Napoleão I bania a Casa de Bragança de reinar em Portugal.

Entretanto, sem que Lisboa tivesse a consciência disso, Junot atravessava a fronteira portuguesa em 19 de Novembro e, com as tropas num estado deplorável, chega a Abrantes. Só no dia 25 de Novembro é que o Tenente-Coronel Frederico Lecor chega a Lisboa com a notícia de que os franceses se encontravam em Abrantes o que provoca o embarque precipitado, embora previsto, da família real para o Brasil, dois dias depois.

Menos de um ano passado o General William B. Beresford ocupou a ilha da Madeira, em nome do Rei de Portugal, e actuou ali como governador e comandante-chefe até que o decreto real de 7 de Março de 1809 o fez assumir o comando de todas as forças inglesas e portuguesas em território nacional europeu, concretizando-se assim tudo o que fora acordado na *convenção secreta* de 22 de Outubro de 1807.

Muito do que se sabe da Abrilada de 1824 resulta da leitura das memórias do Barão Hyde de Neuville, embaixador da França em Lisboa que

---

(59) J. B. Borges de Castro, «Colecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências desde 1640, até ao presente», Lisboa, 1857, vol. IV, págs. 236-253

— Jorge de Macedo, «O Bloqueio Continental — Economia e Guerra Peninsular», Lisboa, 1942, pág. 31.

não só passou à estampa a sua versão dos acontecimentos de que foi testemunha, como também foi personalidade interveniente e decisiva na evolução de tais acontecimentos, em que o corpo diplomático, por si liderado e reunido, analisou a situação e resolveu aconselhar secretamente D. João VI a recolher-se a bordo de um navio de guerra inglês que estava no Tejo, como único meio de escapar à coacção que o rodeava, para mais tarde poder estabelecer a ordem e restaurar a sua autoridade.

D. João VI seguiu, rigorosamente, os passos aconselhados pelo corpo diplomático, tendo conseguido controlar a situação e, como prova do seu reconhecimento, conferiu vários títulos e honras aos diplomatas fazendo do embaixador de França conde de Bemposta<sup>(6)</sup>.

Dois anos depois, em 10 de Março de 1826, no paço da Bemposta, morria D. João VI e, uma circular da Regência, de 20 de Março, mandava que todos os diplomas ou títulos fossem passados em nome de D. Pedro. Porém, um mês depois, em 25 de Abril, o ministro da Regência, conde de Porto Santo, dirigia ao Duque de Lafões um officio confidencial em que dava a conhecer a opinião do governo britânico, relativamente ao assunto da sucessão à coroa, bem como do que se passava a este respeito na corte de Viena.

O Governo Britânico mandara Lord Ponsonby, como ministro, a Buenos Aires, incumbido de ir primeiro ao Rio de Janeiro, expor a D. Pedro as opiniões do Governo Britânico e que eram: 1.º que D. Pedro não poderia esperar conservar o império do Brasil, se voltasse para Portugal; 2.º que residindo no Brasil, e querendo governar Portugal por uma regência, não poderia esperar tranquilidade permanente neste reino, se a sucessão da coroa não ficasse estabelecida; 3.º que é fora de toda a probabilidade razoável que as coroas de Portugal e do Brasil possam continuar unidas na mesma cabeça, além da vida de D. Pedro. Assim, o Governo Britânico aconselhou, como meio único de solver este difícil problema, devolver a coroa de Portugal a sua filha mais velha, pois que, existindo um príncipe herdeiro do império do Brasil, podia D. Pedro fazer aquela devolução sem ofender os brasileiros; acrescentava ainda o Governo Britânico que, considerando a posição do infante D. Miguel em Portugal, para tranquilizar todos os re-

---

(6) António de Serpa Pimentel, «Portugal Moderno — A Queda do Antigo Regimen» (1820 até 1834), págs. 45 a 47.

ceios, dissipar todos os ciúmes e rebater todas as ambições neste reino, que o único meio de obter tais efeitos seria uma abdicação franca e imediata por parte de D. Pedro a favor de sua filha.

Assim não seria cedo demais transferir aquela princesa para Portugal, pois, nesse caso, fazendo D. Miguel parte ou não da regência, durante a menoridade da princesa, procuraria provavelmente efectuar uma união com a legítima possuidora da coroa.

O Governo Britânico, coerente com esta análise, deu instruções ao seu embaixador na corte de Viena para concorrer a persuadir D. Miguel de quanto seria arriscado o seu regresso a Portugal sem saber a vontade de D. Pedro.

O Governo Austríaco pensava de igual modo e o seu primeiro-ministro, o príncipe de Metternich, falou também neste sentido ao Infante D. Miguel, o qual se mostrou inteiramente disposto a não se afastar de Viena sem conhecer a vontade de D. Pedro e assegurou àquele ministro que se guiaria exactamente pelos seus conselhos<sup>(6)</sup>.

A análise da situação elaborada pelo Governo Britânico e transmitida ao rei de D. Pedro pelo embaixador Lord Ponsonby era muito ajustada e realista, traduzindo um conhecimento perfeito da situação, que só um país como a Inglaterra que nessa altura já dispunha dum «Department of Intelligence» com mais de dois séculos de experiência e uma actuação privilegiada na Península Ibérica e no Brasil poderia fazer, apontando uma solução que o tempo e a história acabaram por ver concretizada.

D. Pedro, logo que teve conhecimento da morte de seu pai, outorgou, em 29 de Abril de 1826, a Carta Constitucional e, em 3 de Maio seguinte, abdicou a coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, que na altura tinha 7 anos, com a disposição de que em tempo próprio esposaria seu tio Miguel.

É curioso referir também que o célebre historiador alemão Jorge Godofredo Gervinus, na sua «História do século XIX» diz que o príncipe de Metternich «no seu ódio contra todo o princípio constitucional, saíu até das trincheiras da sua própria doutrina legitimista, pois que os exemplos dados pelos soberanos que outorgavam cartas lhe pareciam efectivamente

---

(6) António de Serpa Pimentel, «Portugal Moderno — A Queda do Antigo Regimen» (1820 até 1834), Lisboa, 1896, págs. 61 e 62.

ainda mais perigosos do que as constituições que lhes arrancavam os povos. Declarou que, se o rei Fernando se via obrigado a protestar contra a carta portuguesa, como incompatível com a segurança de Espanha, o imperador seu amo aprovaria este procedimento ...

Insistiu junto de Vilela para que reforçasse o exército francês a fim de proteger a Espanha contra a *peste portuguesa ... e encarregou o frade Pilet de ir a Lisboa, à frente de um destacamento de jesuítas, para ali urdir intrigas contra a constituição*. Julgamos que será interessante registar um dia o que terá feito o irmão Pilet em Lisboa.

As intrigas urdidas por Pilet devem ter contribuído para os resultados desejados por Metternich dado que atravessámos um período de agitação e de descrédito internacional que não permitiu qualquer tentativa séria para evitar o afastamento do Brasil, nem tão-pouco deixar criar condições para Portugal poder «fazer uso das suas terras de África».

A actividade política em Portugal começou depois a ser controlada do estrangeiro o que levou D. Pedro IV, quando considerou favorável o ambiente europeu, a garantir a coroa portuguesa para sua filha. Posteriormente, desembarcando no Norte à frente dos liberais, conseguiu que a primeira rainha constitucional desembarcasse em Lisboa, em 22 de Setembro de 1834, e assumisse plenos poderes.

A partir dessa altura iniciam-se grandes reformas nas leis coloniais para a África e decreta-se a completa abolição da escravatura. A nossa política porém já não era de partilha, mas sim de competição com as potências europeias com que nos tivemos de digladiar. Deixámos de dispor de iniciativa.

Os serviços de informações ingleses, alemães e franceses e alguns ao serviço de interesses privados, passaram a actuar e a exercer o esforço em África, não entrando os portugueses nesta competição. E assim, o Governo Português, mal informado, não tendo a consciência da sua incapacidade financeira e militar e, até, a sua pouca independência em relação à Inglaterra, para conduzir uma política de expansão colonial, anuncia, em 1887, a intenção de concretizar a ocupação da «África Meridional Portuguesa»<sup>(2)</sup> o que, três anos mais tarde, levou a Inglaterra a reagir com o «Ultimatum», o que provocou uma grande reacção interna.

---

(2) A chamada política do «Mapa Cor-de-rosa».

A crise económica e financeira agravou-se consideravelmente o que nos conduziu a dificuldades de obtenção de crédito externo. Ingleses e alemães, sob a vigilância dos franceses, deram início a conversações para negociarem entre si um empréstimo a Portugal e definir áreas de influência e de cobrança dos rendimentos alfandegários dos nossos territórios africanos.

Importa salientar que as referências históricas relativas às negociações anglo-alemãs, do maior interesse para a conduta da nossa política externa, só foram conhecidas depois da Primeira Guerra Mundial, após a publicação dos documentos oficiais ingleses, alemães e franceses, sobre a actividade diplomática e política deste período e que os governantes e os diplomatas portugueses das gerações de 1898 a 1914 sabiam apenas o que lhes fora dito:

— por Sir A. J. Balfour<sup>(63)</sup> ao Marquês de Soveral em 1898 em relação às convenções anglo-alemãs e notas assinadas em 30 de Agosto do mesmo ano, no Foreign Office, pelo próprio Balfour e Hatzfeldt, embaixador da Alemanha em Londres. Balfour disse ao embaixador Hatzfeldt que iria ter uma conversa com o Marquês de Soveral, mas depois acabou por lhe escrever informando-o de que tinham sido respeitados os direitos de soberania de Portugal e das suas colónias e que tinham sido acautelados os interesses financeiros respectivos<sup>(64)</sup>.

Soveral sabia na altura ainda que a Alemanha tinha resolvido subcrever uma parte do empréstimo a Portugal se o pedido fosse feito apresentando como garantia as colónias<sup>(65)</sup>;

— pelo embaixador britânico em Lisboa, Sir Arthur Hardinge, ao primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Augusto de Vasconcelos, em 1912, que lhe comunicou em súmula o Tratado Anglo-Alemão de 1898.

Hardinge, considerado por Teixeira Gomes «extraordinariamente

---

(63) Sir Arthur James Balfour, sobrinho de Salisbury, foi apontado como primeiro-ministro em 1902. Fez reformas profundas na força militar britânica, e publicou a célebre declaração que prometia estabelecer uma pátria judaica.

(64) «Grosse Politik der Europäischen Kabinette», vol. XIV, pág. 346, Doc. 3871.

(65) «British War Documents», vol. I, pág. 76 — 2.9.98.

perspicaz e erudito»<sup>(66)</sup> tinha como sistema de trabalho o hábito de fazer preleções aos ministros portugueses, dos quais formou as piores opiniões, de usar com eles uma linguagem mais violenta, do que a exigida pelas instruções recebidas do seu país e de desenvolver actividades investigadoras e intervencionistas que foram condenadas e rejeitadas por Augusto de Vasconcelos, em carta dirigida a Teixeira Gomes<sup>(67)</sup>;

— e por Sir Eyre Crow<sup>(68)</sup> ao Dr. Teixeira Gomes em 1913, que voltou a dizer ao nosso embaixador que os acordos de 1898 diziam respeito à hipótese de um empréstimo garantido com os rendimentos das colónias e a actividade diplomática com a Alemanha era apenas a remodelação das divisões territoriais das colónias cujas receitas podiam ser consignadas para amortização e pagamento de juros dos empréstimos a conceder a Portugal<sup>(69)</sup>.

Estas negociações entre ingleses e alemães sobre as esferas de influência nas colónias portuguesas desenvolveram-se num ambiente crescente de desconfiança e de rivalidade.

Após a implantação da República, deu-se início à contra-revolução que, embora fosse feita à margem da vontade de D. Manuel II, exilado em Richmond, confrontou o Governo e o regime com duas incursões, a partir da Galiza, em 5 de Outubro de 1911 e 6 de Julho de 1912, com as duas Outubradas de 1913 e 1914 e com as ditaduras de Pimenta de Castro (1915) e de Sidónio Pais (1917-1918).

Toda esta actividade contra-revolucionária era organizada e apoiada por dissidentes e antigos franquistas que serviam em Espanha e França a causa da monarquia, que desfrutava de um confortável apoio diplomático. Em contrapartida, o Governo Português fez largo emprego de redes de informações com apoio consular.

---

(66) John Vincent Smith, «As Relações Políticas Luso-Britânicas» (1910-1916), Lisboa, 1975, pág. 43.

(67) Teixeira Gomes ao ministro dos Negócios Estrangeiros, 30 de Setembro de 1911, Série A (Correspondência Política) n.º 325 Confidencial, Caixa n.º 105, Vasconcelos a Teixeira Gomes, 6 e 30 de Março de 1912, Série A, Confidencialíssimo, Caixa n.º 75, MNE.

(68) Chefe do Departamento do Ocidente do Foreign Office e mais tarde secretário do mesmo departamento do Estado.

(69) José de Almada, «Convenções Anglo-Alemãs relativas às Colónias Portuguesas», Lisboa 1946, págs. 32 e 121.

Na segunda quinzena de Fevereiro de 1911, as manobras conspirativas chegavam ao conhecimento dos círculos diplomáticos. Sir Francis Villiers, representante da Grã-Bretanha em Lisboa, informava confidencialmente o seu colega espanhol sobre os boatos de preparativos de um golpe monárquico com a participação de elementos militares<sup>(70)</sup>.

O ministro espanhol Villalobar, implicado profundamente em toda a actividade restauracionista, conhecia perfeitamente a situação ainda que se mostrasse surpreendido para não ter que confirmar as suspeitas de Villiers<sup>(71)</sup>.

O nosso embaixador em Londres, Dr. Teixeira Gomes, tinha posto o Governo de sobreaviso advertindo: «deverá aí haver uma grande vigilância para com o ministro da Espanha, Villalobar, sobre o qual, desde há muito tempo, pendem suspeitas de cumplicidade com os conspiradores monárquicos e que, segundo me consta, se corresponde directamente com o Sr. D. Manuel de Bragança»<sup>(72)</sup>.

Em 19 de Junho de 1911 o representante de Espanha obtinha informações seguras de que o levantamento se deveria verificar de um momento para o outro. Em 22 do mesmo mês tem novas informações que recortam as informações anteriores e, como é natural, todas estas informações eram transmitidas a Madrid.

Ao mesmo tempo dava-se uma verdadeira mobilização de voluntários civis, filiados na Carbonária, que em fins de Junho atingiram os dois milhares, orientados por Luz de Almeida, seu Grão-Mestre, que se instalou em Chaves<sup>(73)</sup>.

Em começos de Julho, foram chamados às fileiras reservistas de sete divisões e mais tarde desmobilizados à excepção da terceira e sexta, respectivamente do Porto e de Vila Real.

«Os serviços de espionagem» como lhe chama Torre Gomez, «que na altura eufemisticamente se denominavam de vigilância, estiveram na mão de civis, enquadrados frequentemente em organizações secretas, sobretudo a Carbonária»<sup>(74)</sup>.

(70) Hipólito de la Torre Gomez, «Conspiração contra Portugal», Lisboa, 1978, pág. 17.

(71) Idem, idem, pág. 46.

(72) Idem, idem, págs. 57 a 59.

(73) Magalhães de Lima, «Episódios da Minha Vida», vol. I, pág. 288 e seguintes.

(74) Hipólito de la Torre Gomez, obra citada, pág. 63.

Estes serviços cobriam as regiões fronteiriças do norte e *infiltraram-se na Galiza*.

Alguns dias depois da incursão, Bernardino Machado<sup>(75)</sup> explicou ao Senado como é que o Governo Provisório organizara a vigilância: «Mesmo nas aldeias, ainda as mais pequenas e sobretudo naquelas que estão perto da raia de Espanha, é indispensável que todas as autoridades, inclusivamente os regedores, sejam homens de inteira confiança e que estejam dispostos a fortalecer o Partido Republicano. Senhor Presidente: *eu tinha, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, organizado um serviço de vigilância, mesmo além fronteiras*»<sup>(76)</sup>.

«As autoridades locais do país vizinho, em contrapartida, denunciavam repetidas vezes a presença de espíões portugueses disseminados pela Galiza que interferiam continuamente nas suas funções e, em conivência com os republicanos locais mais assinalados, dedicavam-se à propáganda das suas ideias e a proporcionar falsas notícias sobre os emigrados realistas.»

Em 20 de Junho, Canalejar, Presidente do Conselho de Espanha<sup>(77)</sup> dava instruções aos governadores de todas as províncias limítrofes com Portugal para impedir todos os actos ou preparativos que atentassem contra o regime português, expulsão da fronteira de Couceiro e Pinheiro Chagas e atender às denúncias formuladas pelos *agentes consulares*, e ainda expulsar os súbditos portugueses que exercessem ou pretendessem exercer funções de polícia ou qualquer outro tipo de coacção sobre os emigrados portugueses.

Contudo, *Lisboa mantinha uma «rede de espionagem» montada em torno dos seus consulados* dado que considerava que era a melhor garantia de controlo sobre os movimentos dos realistas, o que o Governo de Madrid só de má vontade tolerava<sup>(78)</sup>.

Desde o início do seu mandato que Chagas se mostrava contrário à existência do serviço de vigilância organizado pelo Governo Provisório, e diminuía o número dos seus efectivos, porque os considerava «*desnecessários e perniciosos*»<sup>(79)</sup>.

(75) Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório.

(76) «Diário do Senado», 19 de Outubro de 1911, pág. 6.

(77) Hipólito de la Torre Gomez, obra citada, págs. 67 e 68.

(78) Hipólito de la Torre Gomez, obra citada, pág. 99.

(79) «Diário do Senado», 19 e 20 de Outubro de 1911, págs. 6 a 8 e 2 a 4 respectivamente.

Assim, após a primeira incursão, Bernardino Machado acusava João Chagas de ter abandonado parcialmente o sistema de vigilância que o Governo Provisório tinha montado na Galiza.

O Governo Português propôs a expulsão do território espanhol de todos os emigrados políticos assinalados numa lista que a legação de Portugal apresentaria ao governo espanhol, comprometendo-se, em troca, a retirar de Espanha *os serviços de vigilância, com ou sem carácter consular*.

Esperamos poder estudar, sob o ponto de vista de informações, mas fora do âmbito desta série de artigos: a guerra de 1914-1918; o período que decorre até à Guerra Civil de Espanha (1936-1939); a guerra de 1939-1945; a invasão do Estado Português da Índia; e as guerras africanas de Angola (1961-1974), Moçambique (1964-1974) e Guiné (1963-1974).

Assim encerramos o nosso registo histórico de exemplos ilustrativos, relacionados com a história portuguesa, de actividades diplomáticas com larga componente no campo das informações, no período que antecede a Primeira Grande Guerra Mundial.

Dos exemplos registados ao longo do presente trabalho, verifica-se que:

D. Afonso de Cartagena, que a partir de 1425 como embaixador de Castela junto da corte portuguesa, *obteve informações* sobre os Descobrimientos portugueses, *tendo como tarefa bem definida* o acompanhar as acções portuguesas e a acumulação de argumentos sobre os direitos de Castela em relação ao arquipélago das Canárias.

O escudeiro João Fernandes, que em 1444 como emissário do Reino de Portugal, deu início à *pesquisa aberta de informações* na área desconhecida do Continente Africano sobre a situação geográfica e o valor comercial das regiões ao sul do Sara e as relações mantidas pelos povos daquela área e da língua que falavam.

O cônsul de Veneza, em Lagos, Patrício de Conti, que a partir de 1450 *obteve úteis informações cartográficas* e das *rotas atlânticas* do ouro africano.

Os emissários e embaixadores de D. Afonso V foram a Murano (Veneza) (1457) e a Florença (1469) para *encomendar cartas e portulanos* a cartógrafos célebres italianos.

O embaixador Rui de Sande, em 1493, actuou junto da corte dos Reis Católicos para negociar o tratado de Tordesilhas, actividade que foi com-

plementada com *pagamentos secretos* a conselheiros dos Reis Católicos e *encobrimento de intenções* de parte a parte.

O emissário de D. Manuel, Diogo Lopes de Sequeira, em 1508 foi mandatado para *obter informações sobre os chineses e a China*.

O embaixador Tomé Pires (1517) e os membros do seu séquito Cristão Vieira e Vasco Calvo redigiram cartas que se podem considerar como *exce-lentes estudos de informações* sobre o Império do Meio.

O Padre Manuel Godinho, em 1663, como «embaixador» e correio diplomático de Melo e Castro, se desempenhou de uma *missão secreta* e relata os caminhos terrestres entre a Índia e Portugal que se podem considerar *verdadeiros estudos de informações*.

Na correspondência diplomática entre D. João IV e o embaixador de Portugal em França e Holanda, o Conde de Vidigueira (Niza), por volta de 1650, era *utilizada cifra*;

O embaixador da França em Lisboa, de 1659 a 1664, Jean Fremont d'Ablancourt *obteve informações cartográficas*, que foram utilizadas em França e na Holanda.

O embaixador Manuel de Saldanha junto da corte chinesa em Pequim, em 1670, constituiu um exemplo de diplomata que soube organizar uma embaixada bem planeada e *bem informada*, e *reagindo adequadamente aos conselhos e sugestões* que lhe eram dados e instruindo-se sobre o ambiente em que tinha de agir.

O embaixador congratulatório de D. João V, Alexandre Metelo de Sousa Menezes, a Pequim, em 1726, que começou bem, recebendo todos os conselhos, mas que ignorava a rejeição por parte do Imperador em tudo o que se relacionava com o estado das Missões na China, viu a sua missão terminada quando o Imperador *acabou as entrevistas em tártaro*, para despedir o embaixador.

O embaixador de Portugal em Viena, em 18 de Janeiro de 1756, *relatou boatos* que circulavam em Viena sobre o terramoto e *deu conta de uma notícia* divulgada ali pelos jesuítas de que o terramoto iria repetir-se dentro de um ano, no mesmo dia, o que foi explorado pelo Marquês de Pombal.

O Mr. Miguel fez *espionagem industrial* com cobertura diplomática, em Lisboa, alguns anos antes de 1785.

O Conde de Ega, embaixador de Portugal em Madrid em 1807, detectou o *conluio entre a França e a Espanha* para a invasão e partilha de

Portugal, e da análise da situação que elaborou resultou o conselho ao Príncipe regente para transferir a corte para o Brasil.

O embaixador de Portugal em França, na mesma altura e no regresso a Lisboa, ao abrigo das suas imunidades, teve a oportunidade de se encontrar em Burgos com as tropas de Junot e *informar o rei* à sua chegada a Lisboa, o que teve um efeito tranquilizante, nefasto ao planeamento e preparativos de embarque da família real para o Rio de Janeiro;

Lord Strangford, embaixador inglês em Lisboa, recebeu por via marítima e em mala diplomática *um exemplar do «Le Moniteur» que dá a conhecer ao rei* que Napoleão havia banido a Casa de Bragança de governar em Portugal.

O Barão Hyde de Neuville, embaixador da França em Lisboa, em 1824 organizou os embaixadores e *resolveu aconselhar o rei*, e apontar uma solução, que é seguida e resulta;

O embaixador Lord Ponsonby, ministro britânico em Buenos Aires, leva a D. Pedro, em 1826, *uma análise do Governo Britânico sobre a situação portuguesa*.

O Frade Pilet, à frente de um destacamento de jesuítas, por indicação do Príncipe Metternich parte para Lisboa, com a *missão de urdir intrigas* contra a constituição.

O Marquês de Soveral em Londres, em 1898, foi *informado que as negociações secretas anglo-alemãs* respeitam os direitos da soberania de Portugal e das suas colónias.

O embaixador britânico em Lisboa, em 1912 *deu a conhecer ao Governo a súmula do Tratado Anglo-alemão de 1898*.

O subsecretário do Foreign Office *informou* o embaixador português que as *novas negociações* com os alemães eram ajustamentos de pormenor ao que havia sido acordado em 1898.

O embaixador britânico em Lisboa, em Fevereiro de 1911 *informava o colega espanhol* de que iria haver um golpe militar monárquico.

O embaixador português em Londres *recomendava ao Governo Português para exercer grande vigilância sobre o embaixador de Espanha*, em Lisboa, sobre o qual havia suspeitas de cumplicidade com os conspiradores monárquicos.

Organiza-se uma «*rede de espionagem*» infiltrada na Galiza e orientada pelos cônsules portugueses na região.

Os exemplos apresentados chamam a atenção para o que fizemos e deixámos de fazer, ao longo da história, no campo da diplomacia, quer no âmbito das embaixadas, quer no dos consulados.

Pode dizer-se que, não havendo uma vigilância e controlo ajustado sobre as actividades diplomáticas e consulares, a tendência é para excessos lesivos da soberania nacional e para interferências na vida interna do País no âmbito governativo, partidário, sindical e até militar.

Actualmente, trabalham também em informações, ou desenvolvem actividades de informações privadas ou de Estado, consoante o estatuto político que existe no país a que pertencem, ao serviço de interesses estranhos ao país hospedeiro e que, de algum modo, ampliam e aprofundam a actividade diplomática e consular:

- as agências de notícias e seus correspondentes;
- os próprios órgãos de comunicação social através dos seus correspondentes e redactores;
- as associações de amizade;
- as representações de empresas estrangeiras ligadas aos transportes aéreos e marítimos, ao turismo, aos petróleos, aos bancos, aos seguros e a outras actividades e;
- as empresas editoras;

com as quais as embaixadas e consulados mantêm ligações mais ou menos estreitas de vários tipos.

A componente de informações destas actividades pode ser levada a efeito através de actuações ostensivas, encobertas ou conspirativas, consoante o grau de identidade e sintonia ideológico que existir entre os países a que pertencem e o país onde se encontrem implantadas aquelas actividades.

O Corpo Diplomático e Consular, propriamente dito, exerce a sua actividade de informações pelo:

- registo e análise da imprensa diária, rádio e televisão;
- leitura, registo e análise das publicações periódicas e livros;
- assistência por convite ou por iniciativa própria a actividades cultu-

- rais, científicas, militares, económicas, financeiras, sindicais e partidárias, e cerimónias oficiais que se realizem na sua área;
- participação em todas as reuniões sociais para que forem convidados;
  - acompanhamento de todas as manifestações públicas de carácter ideológico, partidário, frentista, de movimentos, laborais, ou simplesmente comemorativas;
  - realização de viagens e visitas de informação, planeadas de modo a cobrir todas as áreas críticas, nos países em que tal for permitido;
  - contacto com personalidades destacadas da sociedade local pertencentes aos órgãos de soberania, partidos, sindicatos, forças armadas e outras forças sociais;
  - contactos com estruturas e organismos de Estado, estatizados, nacionalizados e privados e seus dirigentes directamente ou através dos adidos à embaixada ou adjuntos dos cônsules dos vários sectores de actividade consoante o desenvolvimento que tiver a embaixada ou o consulado;
  - contactos informais de toda a ordem, dependentes do dinamismo e habilidade pessoal do embaixador e dos seus colaboradores, que dependem em larga escala dos meios e das facilidades que o país que representam põe à sua disposição;
  - contactos com as outras embaixadas e consulados locais ou de países vizinhos ou de áreas com afinidades.

O pessoal diplomático e consular na posse dos elementos obtidos através de toda esta actividade e apoiado ou não por serviços de informações com acção local, está nas melhores condições para avaliar as notícias e informações que são objecto de análise periódica levada a efeito pelo embaixador, com o apoio de toda a embaixada e que é transmitida, também periodicamente, ao departamento dos negócios estrangeiros do país de origem.

Quando se verificam factos que quebram a rotina da vida pública local ou nacional, ou situações de crise internacional não previstas, as embaixadas devem produzir análises imediatas para dar a conhecer aos seus governos os reflexos locais dessas situações.

Estas análises constituem o elemento mais importante para a condução das relações bilaterais, entre o país hospedeiro e o país representado, no campo político, económico, cultural e militar, e devem reflectir e espelhar:

- o modo como é interpretada localmente a política interna e externa do país representado, ao nível das classes dirigentes e partidos, ao nível dos meios de comunicação social e ao nível da opinião pública;
- os reflexos internos das atitudes, das ajudas e dos acordos em negociação, do país representado ou de outros, com o país hospedeiro, dado que estas acções, embora desencadeadas com objectivos constructivos e com vantagens para ambas as partes, geram ou podem vir a constituir pretextos para outras e novas tensões em certos sectores partidários ou laborais;
- o modo como decorre a vida interna do país hospedeiro no campo político, económico, cultural e militar, procurando detectar: períodos de crise que possam afectar as relações bilaterais, a estabilidade da política local, as relações com os países vizinhos, a segurança no espaço aéreo ou nas zonas económicas exclusivas controladas pelo país hospedeiro ou a estabilidade das colónias de residentes ou emigrantes; situações internas de rotura no campo político, laboral ou militar; ou situações de crise internacional com os países limítrofes ou com organizações internacionais ou regionais (ONU, OIT, OTAN, etc.);
- modo como evolui a política externa do país hospedeiro, por forma a detectar oportunamente, e conhecer, com a precisão possível, os acontecimentos susceptíveis de afectar as relações bilaterais, entre o país hospedeiro e o país representado.

As análises devem ser feitas em termos prospectivos, apresentando previsões e até, se possível, propostas de medidas a tomar para melhorar as relações bilaterais para resolver os problemas internos locais, ou para os fazer desenvolver no sentido desejado, e sugestões para o desencadeamento de acções de propaganda e acção psicológica do país representado em apoio dos objectivos ideológicos, políticos, económicos e estratégicos.

A actividade diplomática e consular é fundamental no espectro dos órgãos de pesquisa de informações que, com outras actividades que a complementam, suplementam ou até se lhe sobrepõem, cobrem as necessidades dos *Serviços de Informações* que hoje são o órgão fundamental para a elaboração, em tempo oportuno, de relatórios, estudos prospectivos e de pre-

visão e análises sobre assuntos de interesse nacional e sobre factos que digam respeito:

- à salvaguarda da independência nacional, à unidade e segurança do Estado;
- à vida política e à acção governativa, quer no âmbito da política interna, quer no da externa;
- ao funcionamento das instituições democráticas;
- à defesa dos direitos e ao cumprimento dos deveres por parte dos cidadãos e das instituições em conformidade com o que estabelece a constituição;
- a situações que possam dar origem à adopção de medidas excepcionais indispensáveis para que o Governo possa decidir em relação às diversas e complexas situações que se lhe apresentam, num ritmo e, por vezes, com tal simultaneidade, que só o apoio objectivo e eficaz de um bom *Serviço de Informações* viabiliza e torna possível.

*Pedro Cardoso*

General